

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO GOVERNO MUGABE

Xaman Korai Pinheiro Minillo (UnB) xamankorai@gmail.com.

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é explicitar como vem sendo sustentado o regime de Robert Mugabe no Zimbábue, frente à situação calamitosa em que se encontra o país, conferindo destaque para o papel do ambiente internacional nas estratégias de sobrevivência do Governo.

Desprovido de muitos recursos materiais de poder, Mugabe desenvolve em sua política exterior uma identidade e um discurso que lhe garantem apoio de parceiros internacionais, principalmente regionais, e fundamentam certa legitimidade interna, contribuindo assim, para que ele se mantenha no controle do Estado.

Palavras-chave: Zimbábue, Mugabe, relações internacionais, pan-africanismo, legitimidade.

Caracterizando a situação do Zimbábue

Atualmente, o Zimbábue apresenta um dos piores índices de governança do mundo. Robert Mugabe esteve agarrado ao poder desde o estabelecimento do Zimbábue como Estado independente em 1980, façanha para cuja realização utilizou eleições fraudulentas e violência de milícias de seu partido, o ZANU-PF, contra a população que apoiava a oposição, demonstrando o grau de enfermidade das instituições sociais e da democracia do país. A economia também vem enfrentando sérios problemas, tendo chegado, em outubro de 2008, a inflação mensal de 79.600.000.000% (HANKE, 2008), sendo o primeiro país a sofrer de hiperinflação no século XXI.

O histórico de maus tratos e violações de direitos humanos de opositores do governo pode ser traçado desde os anos 1980, quando ocorreram os massacres de Gukurahundi, no qual morreram mais de 20.000 civis (KRIGER, 2003). A 5ª Brigada do ZANLA Zimbabwe (African National Liberation Army), exército do ZANU, treinada pela Coreia do Norte, se lançou contra a população de Matabelelândia, local onde o ZAPU, União Africana do Povo do Zimbábue, então principal oposição ao ZANU, era majoritário. Estes eventos não eram direcionados ao extermínio dos Ndebeles, mas à neutralizar qualquer oposição política no país. O massacre acabou apenas

em 1987, quando Mugabe e Nkomo, chefes do ZANU e ZAPU, respectivamente, assinaram o Acordo de União, fundindo os partidos no ZANU-PF, que passou a ser dominado por Mugabe.

Apesar destes acontecimentos, foi somente a partir do final da Guerra Fria que a sociedade internacional passou a dar maior atenção a estes problemas. A opinião internacional sobre o Zimbábue dividiu-se, Estados Unidos da América e União Européia impuseram sanções sobre o país em 2002, direcionadas a alguns indivíduos do governo demandando eleições livres e justas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2004, p. 98) e a Commonwealth começou a indicar a possibilidade de suspensão do país de seus encontros, a qual viria a se concretizar em 2003 (HUMAN RIGHTS FIRST, 2003). Entretanto, a maioria da comunidade de líderes políticos africanos se mostrou relutante em criticar Mugabe e o ZANU, cenário que se mantém até os dias de hoje.

Em 1998 o país entrou em crise devido às altas taxas de juros e inflação, o que provocou greve e manifestações, com o Congresso Zimbabuano de Sindicatos (ZCTU), liderado por Morgan Tsvangirai. A hegemonia do ZANU-PF foi quebrada com o surgimento do Movimento pela Mudança Democrática (MDC) em 2000, partido liderado por Tsvangirai, que angariou grande apoio dos trabalhadores, da população urbana, ONGs, grupos religiosos e de fazendeiros brancos, criando uma oposição de proporções respeitáveis. Em 1999, o ZANU-PF propôs uma nova constituição, pois mesmo que emendada 15 vezes a da Lancaster House, ela ainda era muito marcada pelo passado Colonial. Assim, em maio, Mugabe inaugurou uma comissão constitucional (CENTRE ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS, 2001, p. 24) e teve sua proposta duramente criticada por diversos setores da sociedade,¹ devido à comissão ser apontada pelo próprio governo e este poder, ao final, alterar suas propostas. A proposta de revisão constitucional foi submetida à referendo nacional e o resultado foi sua rejeição por 55% dos votos, a primeira derrota política do ZANU-PF. Depois disto Mugabe percebeu que seu governo corria sérios riscos (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2004, p. 71).

Já ocorriam invasões de terras no país desde a independência, mas a partir de 2000 pode-se identificar apoio e iniciativa do governo com relação às ocupações, além de uso de violência no processo. Milícias armadas – os Veteranos de Guerra – passam a tomar fazendas de brancos sob o pretexto de reforma agrária, Sequer se tentava manter o processo legal, o judiciário foi

¹ Dois anos antes, um grupo de acadêmicos, sindicalistas e ativistas políticos iniciara um projeto no qual se reuniam em encontros formais e públicos, a Assembléia Nacional Constitucional (NCA), a qual, juntamente com o MDC foi muito ativa politicamente contra a proposta constitucional do governo.

subvertido (SOKWANELE, 2004) e foram feitas alterações legais, como o Ato (de Proteção) dos Ocupantes Rurais, para proteger os ocupantes nas terras ainda não adquiridas pelo governo (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002, p. 11). Desenrolava-se uma nova estratégia do governo para se manter no poder: unificar a população rural negra contra a população urbana – base de apoio do MDC – os fazendeiros brancos, retomando a questão do conflito de raças, e o ocidente, representado pela Grã Bretanha, que cessara o financiamento dos programas de redistribuição de terras no país.

A desastrosa ocupação de terras rápida e desordenada, juntamente com fatores climáticos como secas, contribuiu para minar a estrutura produtiva do país. No primeiro ano do Programa de Fast Track Resettlement, produção agrícola do país caíra pela metade, plantações foram destruídas, propriedades saqueadas e rebanhos dizimados (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2004, p. 86). Frente a isto, os doadores ocidentais suspenderam ajuda ao governo, deteriorando ainda mais a situação.

De maio a julho de 2005 o Zimbábue foi cenário da Operação Murambatsvina, coordenada pelo governo do ZANU-PF e desenvolvida pela ação conjunta da polícia, do exército e de milícias de jovens, iniciando-se em Harare e depois se estendendo para outros centros urbanos. A operação consistiu na demolição de favelas, moradias e estruturas de vendedores ilegais, afetando 133.534 moradias (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2005, p. 2). Cerca de 700 mil indivíduos perderam suas casas e meios de subsistência, 500 mil crianças tiveram sua educação interrompida, sendo forçadas a saírem das escolas, ao menos seis morreram, sendo afetadas no total cerca de 2.4 milhões de pessoas. Esta operação violou diversas convenções internacionais de direitos humanos assinadas pelo Zimbábue e mesmo das leis internas do Estado, sendo possível sua ocorrência somente devido à dimensão da deterioração das instituições do país, da corrupção e a ausência do estado de direito (TIBAIJUKA, 2005, pp. 5-6). A economia estava desestabilizada e tomada pela inflação, assim como o sistema de serviços básicos do Estado, como educação e saúde, enquanto a oposição, não conseguia se inserir no governo com sucesso frente a uma série de eleições fraudulentas.

Este cenário se manteve em uma espiral negativa até 2008. Em 2006 a inflação anual ultrapassou 1000% em abril, chegando, em 2008, a ser emitida uma nota de um bilhão de dólares zimbabuanos. Neste ano, o MDC ganhou maioria no parlamento e Tsvangirai, o primeiro turno das eleições presidenciais. Entretanto, o político saiu da disputa no segundo turno em protesto aos

abusos e violência a que seus eleitores estavam sendo submetidos – a operação Makavhoterapapi, patrocinada pelo ZANU-PF (HUMAN RIGHTS WATCH, 2008).

Depois de diversas reuniões promovidas pela SADC, no dia 15 de setembro foi estabelecido o Acordo Político Global (GPA), arranjo que deveria estabelecer um governo de união entre o MDC e o ZANU-PF (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2008) Devido a impasses nas discussões, somente no dia 11 de fevereiro de 2009 o governo de inclusão foi efetivamente estabelecido. Morgan Tsvangirai, presidente do MDC, se tornou Primeiro Ministro e Thokozani Khupe (MDC) e Arthur Mutambara do MDC-M – uma facção do MDC que se separou da de Tsvangirai por acreditar que o partido deveria participar das eleições parlamentares em 2005 – se tornaram vice Primeiros Ministros.

Apesar de toda a esperança que o estabelecimento do governo inclusivo gerou, jornalistas, advogados, ativistas de direitos humanos e mesmo políticos do MDC continuam a ser perseguidos e presos, demonstrando a fragilidade da união política que foi conseguida. Algumas questões que continuam sem solução foram encaminhadas aos garantidores do GPA, a SADC e a UA, como a dificuldade de chegar a um consenso sobre a distribuição de cargos, que sofre com o unilateralismo do ZANU, a não realização de reuniões do Conselho de Segurança Nacional, a politização das instituições do Estado, o direcionamento da mídia pelo Estado, a aplicação seletiva do direito, a manutenção de invasões de fazendas.

A espiral negativa de instabilidade, corrupção, fraudes eleitorais, violência, abuso de direitos humanos, desestruturação do sistema de direito e da economia nacional que têm marcado o Zimbábue são indicadores da importância de um estudo sobre este país, cuja crise coloca em risco a segurança do Estado, de sua população e dos países vizinhos, que podem ser afetados pela difusão dos problemas e pelos refugiados que procuram fugir da crise. Entretanto, há ainda uma segunda dimensão a ser levantada neste estudo, e ela está relacionada à questão de como um país fraco, praticamente nulo em termos de capacidades relativas na arena internacional, consegue sobreviver politicamente. Como Mugabe tem logrado manter-se firme em sua posição de presidente do Zimbábue, frente à crise de governança no país, com sua retórica africanista anti-ocidental, questionando valores defendidos pelo ocidente e mesmo pelo líder regional, África do Sul.

Assim, o presente artigo visa, focando no cenário internacional, pesquisar quais são as forças que auxiliam na manutenção ou desestabilização do governo de Mugabe, e de que forma

elas atuam. Ademais, será analisada a sustentabilidade deste regime, considerando o cenário crítico que se desenrola dentro do Zimbábue.

A periodização da questão em dois momentos

Atualmente um exemplo de má governança, o Zimbábue, no entanto, já foi visto com outros olhos pela comunidade internacional. Durante a Guerra Fria o país se destacou como liderança no Terceiro Mundo e no NAM e Mugabe, o Presidente, era reconhecido como grande defensor da causa africana, capaz de liderar o desenvolvimento do país após sua independência. Assim, apesar da pouca relevância nas disputas internacionais por poder, a projeção do *soft power* (NYE, 2005) que o Zimbábue tinha e a própria conjuntura internacional, que lhe garantia poder de barganha entre as superpotências, eram recursos importantes na garantia da existência do Estado.

Entretanto, o final da era bipolar e do Apartheid, na África do Sul, alteraram a conjuntura desfavoravelmente para o Zimbábue: o poder de negociação entre as grandes potências findou-se e, não questionada a ascensão ocidental, valores democráticos e de segurança humana ganharam relevância, enquanto a situação interna do país deteriorava-se e a importância política de Mugabe na região diminuía, contraposta à de Mandela (DÖPCKE, Wolfgang, 2005, p. 14).

Esta breve análise da evolução do caso torna perceptível a importância de delimitar a pesquisa em dois momentos distintos, na mudança entre os quais ocorreu um sério reposicionamento da opinião pública internacional a respeito do governo de Mugabe. A análise destes dois momentos traz indicações interessantes sobre as motivações para a mudança de posicionamento de parte dos atores internacionais e a manutenção do apoio de outros.

O primeiro deles, durante os anos de Guerra Fria, era caracterizado pela defesa das normas da soberania formal, que sustentavam as ações do governo do ZANU-PF, sendo Mugabe um símbolo de libertação, com sua retórica anti-colonialista. As grandes potências não demonstravam muito interesse na África e não intervinham diretamente, sendo atraídas por iniciativas de grupos do próprio continente africano que as utilizavam como fonte de recursos para suas causas (CLAPHAM, 1996, pp. 136). Os EUA defendiam, por sua proximidade com as antigas metrópoles, a manutenção do *status quo*, enquanto a URSS aliava-se àqueles interessados em se distanciar das metrópoles ou contra o ocidente, compartilhando valores como a

centralização estatal e monopartidária (CLAPHAM, 1996, pp. 141-150). É perceptível o poder de barganha por parte dos africanos, que podiam privilegiar as relações com a antiga metrópole e sua proteção ou aproximar-se das superpotências, sendo esta escolha parte da estratégia do Estado. Os governantes assim podiam, por meio de suas relações exteriores, solucionar questões-chave sem grande comprometimento com valores democráticos ou direitos humanos.

A interação regional era motivada, em grande medida, pelo sentimento de solidariedade pan-africanista, embasado, segundo Clapham (CLAPHAM, 1996, pp. 107), na defesa da soberania jurídica dos Estados, sua independência e integridade territorial, na identidade africana e no estabelecimento de governos indígenas. A partir destes princípios, foi criada a Organização da União Africana (OAU), com pouca capacidade de ação efetiva comparada à retórica envolvida. A solidariedade africana também se manifestou em regiões, blocos como a SADC dedicada à integração econômica e de segurança do sul do continente.

O final da Guerra Fria, entretanto, veio acompanhado da fragilização e decadência dos Estados Africanos, ao mesmo tempo em que o interesse internacional na África diminuía. O Zimbábue foi cada vez mais caracterizado pelo Ocidente como um exemplo de falta de legitimidade política e de decadência sócio-econômica. Num embate de posições ideológicas, as opiniões sobre o país se dividiram, o ocidente apoiando democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico liberal, enquanto grande parte dos Estados vizinhos do Zimbábue defendia sua soberania, integridade territorial e a não-intervenção.

Percebe-se que há motivações diferentes inspirando a postura das grandes potências ocidentais e os países africanos, que resultam em seu posicionamento em relação a Mugabe. O momento de mudança coincide com uma série de aberturas e fechamentos (KNUTSEN, 1992, pp.259-285). Além de ser o final da Guerra Fria, este momento pode ser caracterizado como o final do século XX, quando ascende a ordem liderada pela sociedade civil e a liberal democracia. Segundo Rosenau (ROSENAU, 1993), neste momento a legitimidade passa a ser questionada, não sendo aceita simplesmente por ser atribuída a um ator estatal, ela passa a ser aceita somente quando corresponde a padrões de responsividade às demandas civis, um desafio aos valores africanistas de defesa da soberania.

No momento anterior, desde a descolonização até o final da Guerra Fria, o reconhecimento externo da soberania dos Estados africanos possibilitou a independência de grande parte dos Estados Africanos, sendo ele necessário – além do acordo entre colonizadores e

colonizados – para o reconhecimento das antigas colônias como Estados soberanos (CLAPHAM, 1996 e JACKSON & ROSBERG, 1986). Os novos Estados se erigiram sobre a defesa da soberania jurídica, protegidos em sua condição de soberanos pelas dinâmicas da Guerra Fria que permitiram o fortalecimento das relações regionais marcadas pela solidariedade e barganhas com as potências. Com o final da Guerra Fria e o triunfo ocidental de valores democráticos e liberais, a soberania jurídica foi ameaçada pela perspectiva de intervenção externa e pela perda do monopólio das relações exteriores pelos Estados, retratando uma mudança na cultura prevalente no meio internacional.

Entre críticas e apoio

Esperar condenações ao governo de Mugabe é uma perspectiva embasada na avaliação da deterioração que o país sofreu durante o seu regime, dos anos 80 até os dias de hoje, incluindo as violações de direitos humanos, direcionadas contra a população que se opunha ao governo. Apesar destes acontecimentos, a África do Sul, hegemon regional, não chegou a se pronunciar efetivamente contra a situação. Esta relutância, em criticar o país vizinho, seja em pronunciamentos ou indicando sua desaprovação por meio de sanções políticas ou econômicas, pode ser relacionada a diversos motivos. Para começar, podemos nos perguntar por que criticar Mugabe, especificamente, pois há uma série de outros governos, na África e no mundo, com péssimos índices democráticos e de direitos humanos. Isto não implica em não criticar o governo de Mugabe, mas sim em criticá-lo juntamente com uma série de outros governos, que não têm tido o mesmo destaque na denúncia de seus problemas.

A primeira explicação que pode ser levantada para o destaque do Zimbábue como um exemplo de má governança está relacionada ao passado do país. Mugabe era reconhecido como grande defensor da causa africana e ao mesmo tempo um exemplo de libertação e democracia, principalmente quando comparado com a vizinha África do Sul, então sob o regime de *apartheid*. Assim, apesar de seu pequeno tamanho e da pouca relevância nas disputas internacionais por poder, o país tinha uma projeção privilegiada no cenário internacional. O foco excepcional que o regime tem pode ser simplesmente a continuação do destaque que possuía no passado, a mudança ocorrendo no ocidente, que passou a patrocinar com maior força a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento econômico liberal, e assim, a criticar o governo de Mugabe, agora

visto como autoritário e ilegítimo. Os países africanos, que motivados pelo passado de exploração colonial defendem primordialmente valores como soberania, integridade territorial e a não-intervenção, não teriam a mesma motivação que embasa as críticas ocidentais, abstendo-se de recriminar o vizinho.

Segundo Clapham (CLAPHAM, 1996, pp. 107), a interação regional na África é motivada, em grande medida, pelo sentimento de solidariedade pan-africanista, embasada na defesa da soberania jurídica dos Estados, sua independência e integridade territorial, na identidade africana e no estabelecimento de governos indígenas, manifestas em organizações como a UA (União Africana) e blocos como a SADC. Assim, os princípios pan-africanistas que imbuem as relações internacionais africanas, valorizando a autonomia e a igualdade entre os estados soberanos podem ser um fator que influencia na recusa da África do Sul em se posicionar claramente contra o governo de Mugabe.

Um movimento que abrange diversas dimensões temáticas, estendendo-se no tempo desde o século XIX até os dias de hoje, o pan-africanismo se definiu, em grande medida, nas diferentes frentes que defendeu e as diversas formas como se estruturou. O ideário do movimento é embasado em valores como a união racial negra que emergiu em contraposição à escravidão de negros africanos, sua exclusão pelas potências colonizadoras, o não reconhecimento do racismo por instituições internacionais como a Liga das Nações e pelo mundo ocidental que pregava democracia para o mundo sem, no entanto, incluir as colônias e os africanos. Assim, valorizando princípios como a autodeterminação e o direito dos negros de possuírem a África, e contando com a participação de africanos, seus descendentes e membros da diáspora, o movimento se estruturou na forma de manifestações culturais e artísticas e encontros políticos, primeiramente fora do continente em cidades como Chicago e capitais européias, e, a partir da segunda metade do século XX, em colônias e, principalmente, na África, como um movimento internacional de libertação, amplo e com grande apoio popular.

A Conferência de Acra (Gana) definiu os princípios básicos do pan-africanismo que emergia, nas palavras de Nkrumah, com o fim de projetar a personalidade africana: em busca de independência política, assistência aos movimentos de libertação nacional, unidade diplomática entre os Estados africanos independentes dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) e não alinhamento. O conceito de pan-africanismo passou a ser associado à exploração dos países em desenvolvimento pelas potências consolidadas, em uma frente de alianças de países do sul,

unindo África à Ásia e América Latina. Neste momento se organizava a Organização da União Africana (OUA) e ocorria grande parte das independências do continente, além de ser feita a associação do pan-africanismo com o pan-arabismo, identificados pelo nacionalismo e anti-imperialismo (HOSKINS, 1959). Com o final da Guerra Fria e do Apartheid, ganharam maior relevância no movimento a marginalização do continente na política internacional, a economia global e questões de segurança abrangendo temas como saúde e HIV-AIDS.

O ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki desenvolveu no início do século XXI a *African Renaissance*, procurando reafirmar a relevância do pan-africanismo e a liderança da África do Sul democratizada no continente. Desde as independências, as relações internacionais do continente foram embasadas em valores específicos, como o discurso de libertação política na década de 1960 e a promoção da soberania e os movimentos terceiro-mundistas na década seguinte (DÖPCKE, Wolfgang, 2002). Depois deste momento, o discurso de inserção africana perdeu a iniciativa, tornando-se reativo e defensivo, não desenvolvendo alternativas ao neoliberalismo, mas também não apresentando resultados com a adoção da ortodoxia neoliberal (DÖPCKE, Wolfgang, 2002). É neste contexto de pessimismo e marginalização do continente após a Guerra Fria que, em 2001, surgiu o NEPAD (New Partnership for African Development), como proposta de inserção internacional da África para garantir seu desenvolvimento. Este projeto apresentou como novidade em relação aos planos de desenvolvimento feitos anteriormente a aceitação do vínculo entre desenvolvimento econômico e boa governança, democracia e direitos humanos e a responsabilidade dos participantes por isto, sendo um projeto africano de inserção internacional no contexto da globalização.

Entretanto, as eleições fraudulentas do Zimbábue em 2002 (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2002) demonstraram – e o discurso africanista a anti-ocidental de Mugabe continua a indicar – a insistência do presidente do Zimbábue em caracterizar a política internacional como uma esfera dominada pelo conflito de raças (NKIWANE, 1999),² na qual seu país é vítima de sanções ocidentais que colocam em risco a segurança do Estado e ele é o herói da independência do país, que agora luta contra o mesmo inimigo imperialista que age de novas maneiras. A falta de reação por parte dos líderes africanos frente ao crescente afastamento do Zimbábue com relação ao globalismo que existe na *African Renaissance* demonstrou a fraqueza do projeto em

² Segundo Nkiwane, há cinco metas constantes na política externa do Zimbábue, que seriam a descolonização e libertação africana, a soberania e igualdade dos Estados, o desenvolvimento do terceiro mundo, os méritos relativos do socialismo e do capitalismo e o combate ao racismo e ao apartheid.

relação a seu real comprometimento com a democracia, boa governança e direitos humanos, abalando seriamente sua credibilidade. A falha dos países africanos em criticar duramente a manutenção do governo de Mugabe sinalizou para a comunidade internacional que os líderes africanos não se comprometeriam com as diretrizes democráticas do NEPAD, esperando apenas que suas demandas fossem atendidas, sem contrapartida (TAYLOR, 2002), reafirmando o pessimismo que marca as relações internacionais africanas no mundo pós-Guerra Fria.

A ambigüidade que marca o discurso de Mbeki, defendendo primeiramente a participação da sociedade civil e depois um regime de domínio pessoal como o de Mugebe, celebrando a democracia e em seguida aceitando eleições antidemocráticas como aceitáveis, reflete um embate entre o discurso radical e africanista e aquele liberal e globalista, que juntos demonstram os valores que a África do Sul se esforça por conciliar. Percebe-se que há duas interpretações possíveis da *African Renaissance*, uma globalista e outra africanista. A primeira tem nuances modernizadoras e privilegia uma visão liberal do mundo, vendo o continente como um mercado em potencial que pode ser periclitado pelo autoritarismo. A segunda é direcionada à reinterpretação da história e da cultura africanas em uma visão que não a européia ou imperialista, privilegiando a identidade africana e vendo a primeira interpretação como fruto do imperialismo vindo de fora (VALE & MASEKO, 1998).

Ao mesmo tempo em que procura inserir a África no mundo globalizado, a *African Renaissance* é uma política exterior da África do Sul para integrá-la com o continente, como uma liderança regional. Como potência regional, o país busca inserir-se economicamente na região, equilibrando multilateralmente as relações intra-regionais (ALDEN, Chris & SOKO, Mills, 2005, pp.370-373), ao mesmo tempo em que procura reforçar os seus valores domésticos, que implicam na negação do domínio por regimes brancos e a igualdade dos Estados soberanos.

A manutenção de uma política solidarista para com Mugabe, o qual reconhece somente o aspecto africanista do pan-africanismo do século XXI, parece indicar a incapacidade de coordenar as metas das relações internacionais intra-continentais seguindo a visão globalista e os valores africanistas. A estabilidade da África austral vem sendo posta em perigo pela crise do Zimbábue, que extrapola as fronteiras nacionais na forma de fluxos de refugiados e desestabilização econômica, mas a SADC vem tratando a questão como se não estivesse no escopo de sua atuação, sendo um problema interno (DÖPCKE & MASCHIETTO, 2005).

Com o fim do regime de apartheid, o Zimbábue perdeu aquilo em oposição ao qual fundamentava sua imagem libertária, e o governo de Mugabe, de exemplo da libertação, passou a ser visto como autoritário e ilegítimo pelo ocidente. Neste contexto, o oriente se apresenta como opção de modelo de desenvolvimento alternativo que obteve sucesso, além de compartilhar com a África um passado de dominação colonial. Além de oferecer ao Zimbábue assistência econômica sem interferir nos assuntos domésticos com exigências de reformas econômicas ou políticas, a China também compartilha uma história de exploração pelo Ocidente, e essa identificação permite que defenda o Zimbábue de sanções internacionais. Assim desenvolveu-se uma relação simbiótica entre China e Zimbábue, que se estende na esfera econômica e moral, nos princípios defendidos pelos governos.

It is very important for us in Zimbabwe to develop the Look East Policy because that is where people who think like us are, same history of colonialism as ourselves, people who have started developing their economies, are more advanced than Africa, and relations with them will be reciprocal and rewarding (Mugabe *apud* YOUDE, 2007).

As relações entre a China e o continente africano, durante as décadas de 60 e 70 eram motivadas ideologicamente, o país sendo uma alternativa à EUA e URSS, oferecendo apoio material e moral para os movimentos de libertação. Nos anos 80 ganharam importância metas econômicas e, com o final da guerra fria consolidaram-se relações de cooperação com fins econômicos e políticos, buscando o crescimento rápido. Hoje o país é dos maiores parceiros comerciais da África, enquanto, inversamente, a África não significa muito para o mercado exterior chinês. Pode-se afirmar, no entanto, que a relação tem consequências importantes para ambas as partes, o socialismo de mercado chinês interessado principalmente em recursos energéticos e minerais do continente para sua indústria.

A China oferece oportunidades de cooperação sem exigir padrões de governança ou de direitos humanos civis e políticos como o Ocidente, defendendo, antes destes, direitos econômicos e os princípios de soberania e não interferência (TAYLOR, 2008). Isto é bastante interessante para aqueles que se vêem impossibilitados de atrair cooperação ocidental, mas há o perigo de a relação reproduzir o padrão colonial, a África tornando-se mera fonte de matérias primas, sendo necessário que haja mudanças no atual padrão de relação para que haja benefícios como desenvolvimento econômico e criação de empregos no continente. Como outros investidores, os chineses geram benefícios, desenvolvendo comércio, ajuda e investimento, mas

também geram problemas como deslocamento de produtores locais e comunidades, problemas ambientais e questões trabalhistas, sendo necessário, para que haja desenvolvimento nestes aspectos, que ocorram mudanças socioeconômicas positivas nos setores mais baixos (NAIDU, 2009).

Embora haja diferenças entre países e setores, no geral as companhias chinesas oferecem condições de trabalho bastante exploradoras para os trabalhadores, determinando os salários e benefícios (dos menores no continente), muitas vezes sem estabelecer contratos e violando leis da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e normas de saúde e segurança (AFRICA LABOUR RESEARCH NETWORK, 2009). Os sindicatos de trabalhadores africanos são, em sua maioria, fracos, devido a Programas de Ajuste Estrutural (SAPS) adotados pelos governos e suas políticas de privatização, sendo os trabalhadores muitas vezes não apoiados pelos governos por medo destes de perderem investimentos. As políticas governamentais de atração de investimentos a qualquer custo geram uma espiral de deterioração dos padrões de trabalho e do cuidado com o meio ambiente.

Em suas relações exteriores, a China se norteia segundo os Cinco Princípios de Coexistência Mútua, sendo estes: respeito mútuo pela integridade territorial, não agressão, não interferência nos assuntos internos, benefício mútuo e equivalente e coexistência pacífica. A insistência na não interferência nos assuntos internos é fortemente criticada pelo Ocidente, principalmente por possibilitar a manutenção de crises humanitárias e violações de direitos humanos. Críticos do Ocidente e de dentro da África argumentam também que o fato de a China estar lidando com regimes autoritários e repressivos, como o Zimbábue e o Sudão, tem efeitos negativos, pois dá a estes governos recursos que eles não conseguiriam facilmente (TAYLOR, 2008).

A China defende, desde 1949, uma visão de Direitos Humanos diferente da ocidental, centrando-se no dever dos cidadãos, como parte da sociedade, contribuírem para a construção da nação, dando maior destaque para a solidariedade e a comunidade em um discurso pragmático e nacionalista que enfatiza o desenvolvimento (TAYLOR, 2008) – o princípio absoluto (WEATHERLY, 1999) – que deve se coadunar com a estabilidade e a manutenção da ordem (ANSHAN, 2009). Diferentemente dos países ocidentais, que privilegiam direitos humanos individuais em detrimento dos comunitários, na China direitos humanos significam sobrevivência

e desenvolvimento (TAYLOR, 2008), a liberdade individual cedendo espaço à estabilidade e à soberania, esta o primeiro direito humano coletivo, necessária para e garantidora dos outros.

Do outro lado destas relações, os governos africanos estão, muitas vezes, controlando o Estado por meio de ameaças ou uso concreto de violência e pela distribuição patrimonialista de vantagens materiais, sendo contrários ao projeto democrático liberal promovido pelo ocidente. Impossibilitados de implementar rapidamente as reformas exigidas para a cooperação com este, os países africanos vêem na China uma oportunidade única, um parceiro que não procura interferir em sua estrutura doméstica e ainda tem um discurso que pode legitimar sua posição contrária à ideologia ocidental. O peso que é dado aos direitos materiais e ao desenvolvimento econômico, assim como a ênfase ao princípio de não interferência e à soberania, antes da democracia, diferenciam dramaticamente as relações com a China daquelas com o Ocidente, que após o final da Guerra Fria passou a patrocinar a democracia mais ativamente na África.

A China defende fortemente os valores de não interferência e soberania, retórica adotada por Mugabe, que criticou o Ocidente por impor concepções ocidentais de direitos humanos e democracia à China quando dos massacres de Tiananmen. Entre 1989 e 1997, o comércio entre a China e a África aumentou 431% e ambas se uniram contra a hegemonia ocidental (YOUDE, 2007). A economia de rápido crescimento chinesa necessita das matérias primas que o Zimbábue pode oferecer e este consegue uma via de comércio e investimentos muito necessários para sua economia, que sofre boicotes das potências ocidentais por sua situação política (THE HERALD, 2009).

Além da dimensão econômica, é desenvolvida nesta relação uma identidade que favorece a ambos (YOUDE, 2007). A política externa de um país pode ser utilizada pelo governo para manter-se no poder, sendo uma extensão de seu domínio que compensa políticas domésticas impopulares e enfraquece os oponentes do governo (CLAPHAM, 1996). Além disso, a política externa oferece a aos Estados africanos independentes a possibilidade de criação de uma identidade, demonstrando serem atores internacionais ativos que projetam seus interesses no cenário internacional e assim, conseguem mais legitimidade doméstica (CLAPHAM, 1977).

Cultura e identidade na Política Externa

A definição de Bull da Sociedade Internacional é aceita por grande parte dos pensadores das Relações Internacionais, postulando sua existência como um “grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participarem de instituições comuns” (BULL, 2002, p.19). Na Sociedade Internacional de Bull vigora uma ordem, um arranjo objetivado pelos Estados de modo a obter certos fins: a preservação do próprio sistema e da sociedade de estados, a manutenção da independência (soberania) dos Estados, procurando garantir a limitação da violência, o cumprimento de promessas e a estabilidade da propriedade. Para cumprir estes objetivos, a sociedade internacional dispõe de regras e instituições que dependem do compartilhamento de uma cultura comum, direcionada a garantir a existência do sistema, a coexistência, e a cooperação.

Esta cultura, embasada em idéias (MARTINS, 2002, p. 43), não é somente o modo de vida de um povo, há uma dimensão internacional que afeta a configuração internacional de poder, e pode ser usada, em sua dimensão política, pelas elites governantes para garantir coesão em torno de determinados objetivos, conseguindo assim, sua institucionalização e legitimação (MARTINS, 2002, p. 36). A identidade cultural pode ser construída por assimilação e apropriação ou por contraste, rejeição e diferença, sendo as alternativas não excludentes (MARTINS, 2002, p. 40).

O discurso de Mugabe demonstra que o líder procurou o embasar sua política no conflito de raças e recuperando a questão da libertação do jugo colonial e assim, contrapõe-se ao ocidente em um discurso que privilegia o africanismo. Isto é feito internamente, conformando o modo de pensar da população pelo controle dos meios de educação e comunicação, mas também externamente, por meio da política externa, a qual oferece a aos Estados africanos independentes a possibilidade de criação de uma identidade, demonstrando serem atores internacionais ativos que projetam seus interesses no cenário internacional. Assim, a política externa se apresenta como meio de obtenção de maior legitimidade doméstica (CLAPHAM, 1977). Para Youde, é por meio da política externa que governos demonstram a seus cidadãos e ao resto do mundo quem eles são dentro da comunidade internacional, promovendo assim uma imagem estratégica de seu país simultaneamente perante seus cidadãos e os outros Estados (YOUDE, 2006). No caso do

Zimbábue, especificamente, a política externa corporifica normas e idéias ligadas ao estabelecimento de legitimidade do Estado e, conseqüentemente, à sua sobrevivência.

A retórica na política externa de Mugabe é direcionada, assim, à consecução de dois objetivos: o primeiro é mostrar ao Ocidente que ele pode manter o país sem seu apoio, promovendo-se como independente; e o segundo é aumentar sua legitimidade doméstica, retomando as glórias do passado de libertação para compensar os problemas do presente e deslegitimar a oposição. A manutenção de Mugabe na presidência, a *quiet diplomacy* da África do Sul e a relutância dos líderes africanos em condená-lo demonstram que as estratégias do regime têm tido certo sucesso.

Conclusão

Espera-se ter, por meio da explanação sobre as motivações envolvidas no presente estudo, demonstrar sua importância, tanto pelo aspecto moral – chamando a atenção do leitor para os problemas que o Zimbábue vem sofrendo – quanto pelo aspecto inovador que o estudo de um Estado fraco, mas não falido, tem para as Relações Internacionais, observando as estratégias que ele utiliza para se posicionar na arena global.

A situação política do Zimbábue é fruto de um cenário historicamente determinado, com conflitos, políticos, sociais e raciais que resultaram em manipulação política (MWANIKI, 2004). O governo se utilizou da aquisição e redistribuição de terra para consolidar uma base de apoio político na população rural, instigando a divisão social em conflitos que se sobrepõem: entre negros e brancos, entre camponeses e a população urbana, entre trabalhadores e veteranos de guerra, entre ricos e pobres, entre Shonas e Nandebeles, entre o MDC e o ZANU-PF e entre o Zimbábue e a comunidade internacional.

Reconhecendo que as teorias de Relações Internacionais, que em grande medida se focam no nível estrutural, não vêem Estados mais fracos como o foco central da política internacional, a pesquisa histórica se mostrou o meio mais interessante para analisar o caso e, a partir dela, procurou-se observar padrões que configurassem um perfil da política exterior do Zimbábue. Chegou-se, finalmente à utilização da política externa por Mugabe como meio de consecução de dois objetivos: a sobrevivência de seu governo e do Zimbábue como um Estado independente. Para isto ele utiliza-se de uma estratégia racional embasada na ideologia de solidariedade regional

africanista e privilegia um discurso anti-ocidente, com o qual se alia àqueles atores que contestam a hegemonia dos valores democráticos ocidentais logrando, assim, manter o Estado do Zimbábue com aliados, mesmo sendo alvo de sanções.

O ambiente internacional foi utilizado por Mugabe em seu favor, caracterizando ONGs como potenciais inimigos, a Grã Bretanha uma nação imperialista e racista, as reações negativas e sanções por parte de potências como EUA e membros da EU em perseguições contra o Zimbábue, reafirmando Mugabe como mártir da libertação negra e africana. Assim se fortaleceram os contornos raciais na política que garantiram apoio internacional e legitimidade doméstica com relação aos princípios de soberania, auto-governo e independência africana que o ZANU-PF defende. Um exemplo disso é a mediação entre o ZANU e o MDC que vem sendo feita pela SADC desde 2007, na busca por estabelecer uma nova constituição e eleições livres e justas. Entretanto, com a exceção de Botsuana, a região se mantém aceitando as controversas políticas do ZANU-PF acriticamente (SW RADIO AFRICA, 2009). Isto coloca sérias dúvidas sobre o sucesso do governo inclusivo enquanto o estado de direito não deixar de ser violado e as mudanças necessárias forem admitidas pelos políticos linha-dura do ZANU-PF, pois os objetivos primários de todo o processo de redistribuição territorial – de lidar com a pobreza e a desigualdade, recuperando a terra e devolvendo-a a população – não serão atingidos, perpetuando-se as injustiças e os privilégios que os brancos possuíam no período colonial, agora direcionados a uma nova elite, africana.

Percebe-se a relutância de líderes africanos em se criticarem, devido aos valores pan-africanistas de solidariedade, defesa da soberania e de libertação do continente. Mugabe ainda é, para muitos, um símbolo de libertação do colonialismo e, ao criticá-lo, muitos governantes temem iniciar um processo que pode levar a sua própria contestação (HAMILL, 2002). Entretanto, apesar do sucesso em se manter no poder, é indiscutível que Mugabe falhou na governança do Zimbábue. Os índices sócio-econômicos do país estavam em queda livre até o final de 2008, quando foi iniciado um governo inclusivo, patrocinado pela SADC, unindo ZANU-PF e MDC, e ainda não se recuperaram. A instabilidade do país se mantém, sendo a situação insustentável no longo prazo, pois mesmo entre aqueles que não criticam Mugabe, como África do Sul e China, não há um consenso sobre os benefícios da mensagem que se passa ao apoiar o presidente, principalmente devido a seu autoritarismo e os problemas de governança que castigam o Zimbábue.

Conclui-se, assim, da extrema relevância do âmbito internacional para a manutenção do governo de Mugabe, pois assim como seu governo recebe críticas e sanções do Ocidente, também é por meio da política externa que o ZANU-PF se posiciona e consegue aliados em seu africanismo e anti-ocidental e obtém certa legitimidade que o fortalece domesticamente, projetando os problemas do país como resultado das sanções recebidas, e não da sua má governança.

Referências Bibliográficas:

Artigos:

ALDEN, Chris & SOKO, Mills (2005) South Africa's economic relations with Africa: hegemony and its discontents. *J. of Modern African Studies*, Vol. 43, Nº 3, 2005, pp. 367-392.

CLAPHAM, Christopher (1977) Sub-Saharan Africa. In: CLAPHAM, Christopher (Ed.) *Foreign Policy Making in Developing Countries*. Farnborough: Saxon House.

DÖPCKE, Wolfgang (2002) Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African development. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol.45, Nº 1, 2002, pp. 146-155 .

DÖPCKE, Wolfgang (2005) Uma hegemonia regional em movimento: a África do Sul. Paper apresentado no Diálogo Brasília-Oxford, na Universidade de Brasília. Brasília, 14 de abril de 2005.

DÖPCKE, Wolfgang & MASCHIETTO, Roberta H. (2005) O Desenvolvimento de uma Arquitetura de Segurança Regional na África Austral (SADC). Working paper Nº. 2 do Projeto Líderes regionais e segurança internacional: Índia-Brasil-África do Sul, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília.

HAMILL, James (2002) South Africa and Zimbabwe, *Contemporary Review*, Vol 34, Nº 6, 2002.

JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. (1986) Sovereignty and Underdevelopment: Juridical Statehood in the African Crisis. *J. of Modern African Studies*, Vol 24, Nº 1, pp 1-31.

NKIWANE, Solomon M. (1999) Zimbabwe's Foreign Policy. In: WRIGHT, Stephen (Ed.) *African Foreign Policies*. Boulder: Westview Press.

TAYLOR, Ian (2008) Sino-african relations and the problem of Human Rights. *African Affairs*, Vol. 107, Edição 426, pp. 63-87, 2008.

TAYLOR, Ian. (2002) Africa's leaders and the crisis in Zimbabwe, *Contemporary Review*. Vol. 280, pp. 344-348, 2002.

VALE, Peter & MASEKO, Sipho (1998) South Africa and the African Renaissance, *International Affairs*. Vol. 74, Nº 2, pp. 271-287, 1998.

YOUDE, Jeremy (2007) Why Look East: Zimbabwean foreign policy and China. *Africa Today*, Vol. 53, Nº 3, 2007, pp. 3-19.

Livros:

BULL, Hedley (2002) *A Sociedade Anárquica*. Brasília: IBRI.

CLAPHAM, Christopher (1996) *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press.

KNUTSEN, Torbjorn L (1992). *A History of International Relations Theory*. Manchester: Manchester University Press.

KRIGER, Norma (2003) Robert Mugabe, Another Too-Long-Serving African Ruler: a Review Essay. *Political Science Quarterly*. Vol. 118.No. 2.

MARTINS, E. C. R. (2002) *Cultura e Poder*. Brasília: IBRI/FUNAG, 2002. São Paulo: Saraiva, 2007.

NYE, Joseph S. (2005) *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: PublicAffairs.

ROSENAU, James (1993) *Global structural transformation: underpinnings and outcomes*. Princeton: Princeton University Press.

WEATHERLY, Robert (1999) *The Discourse of Human Rights in China: Historical and ideological perspectives*. Macmillan, London.

Documentos Eletrônicos:

AFRICA LABOUR RESEARCH NETWORK (2009) *Chinese Investments in Africa – A Summary*, publicado em Pambazooka.org
[http://pambazuka.org/en/category/africa_china/57159]. Disponibilidade: 01/11/2009.

ANSHAN, Li (2009) *Chinese experiences in development: Implications for Africa*, publicado em Pambazuka.org, [http://www.pambazuka.org/en/category/africa_china/57079]. Disponibilidade: 01/11/2009.

CENTRE ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS (2001) *Land, Housing and Property Rights in Zimbabwe*, publicado em Cohre.org
[<http://www.cohre.org/store/attachments/COHRE%20Report%20Housing%20Rights%20Zimbabwe%202001.pdf>]. Disponibilidade: 01/11/2009.

HANKE, Steve H. (2008) *Zimbabwe From Hiperinflation to Growth*, Cato Institute. Nº 6, publicado em Cato.org [http://www.cato.org/pub_display.php?pub_id=9484] . Disponibilidade: 01/11/2009.

HOSKINS, Katherine (1959) Pan-Africanism at Accra, publicado em Digital Inovation South Africa [http://www.disa.ukzn.ac.za:8080/DC/asapr59.15/asapr59.15.pdf]. Disponibilidade: 01/11/2009.

HUMAN RIGHTS FIRST (2003) Zimbabwe Suspended Indefinitely from Commonwealth, publicado em Humanrightsfirst.org [http://www.humanrightsfirst.org/media/2003_alerts/1208.htm]. Disponibilidade: 01/11/2009.

HUMAN RIGHTS WATCH (2002) Fast Track Land Reform in Zimbabwe. Vol. 14, Nº 1, publicado em Hrw.org [http://www.hrw.org/en/reports/2002/03/08/fast-track-land-reform-zimbabwe]. Disponibilidade: 01/11/2009.

HUMAN RIGHTS WATCH (2008) Bullets for Each of You. State-Sponsored Violence since Zimbabwe's March 29 Elections, publicado em Hrw.org [http://www.hrw.org/en/reports/2008/06/19/bullets-each-you]. Disponibilidade: 01/11/2009.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2002) Zimbabwe: What Next?. Africa Report Nº 47, publicado em crisisgroup.org [http://www.crisisgroup.org/en/regions/africa/southern-africa/zimbabwe/047-zimbabwe-what-next.aspx] . Disponibilidade: 01/11/2009.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2004) Blood and Soil Land, Politics and Conflict Prevention in Zimbabwe and South Africa. Africa Report Nº 85, publicado em crisisgroup.org [http://www.crisisgroup.org/en/regions/africa/southern-africa/085-blood-and-soil-zimbabwe-south-africa.aspx] . Disponibilidade: 01/11/2009.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2005) Zimbabwe's Operation Murambatsvina: The Tipping Point? Africa Report Nº 97, publicado em crisisgroup.org [http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/southern-africa/zimbabwe/Zimbabwe%20Operation%20Murambatsvina%20The%20Tipping%20Point.ashx] . Disponibilidade: 01/11/2009.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2008) Ending Zimbabwe's Nightmare: A Possible Way Forward. Africa Briefing Nº56, publicado em crisisgroup.org [http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/southern-africa/zimbabwe/B056%20Ending%20Zimbabwes%20Nightmare%20A%20Possible%20Way%20Forward.ashx] . Disponibilidade: 01/11/2009.

MWANIKI, David. (2004) Zimbabwe: Land, Identity and Power, publicado em Global Crisis Solutions [http://www.sarpn.org.za/documents/d0001027/index.php]. Disponibilidade: 01/11/2009.

NAIDU, Sanusha (2009) Chinese investment: Good for Africa?, publicado em Pambazooka.org [http://www.pambazuka.org/en/category/africa_china/57074]. Disponibilidade: 01/11/2009.

SOKWANELE (2004) The Politics of Land, publicado em Sokwanele.com [http://www.sokwanele.com/articles/sokwanele/thepoliticsofland_18july2004.html]. Disponibilidade: 01/11/2009.

SW RADIO AFRICA (2009) Southern Africa: Botswana Won't Recognize Mugabe If Coalition Collapses, 15/10/2009, publicado por AllAfrica.com [http://allafrica.com/stories/200910150825.html]. Disponibilidade: 01/11/2009.

THE HERALD (2009) Zimbabwe 'Look East Policy Fruitful', 25/05/2009, publicado por AllAfrica.com [http://allafrica.com/stories/200905210222.html]. Disponibilidade: 01/11/2009.

TIBAIJUKA, Kajumulo (2005) Report of the Fact-Finding Mission to Zimbabwe to Assess the Scope and Impact of Operation Murambatsvina by the UN Special Envoy on Human Settlements Issues in Zimbabwe, publicado em UN.org [www.unhabitat.org/documents/ZimbabweReport.pdf. pp. 33-34]. Disponibilidade: 01/11/2009.